


INSTITUTO	
	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	fsp
Data	26/3/2000 Pg 1-3
Class.	125

Reajustes necessários

JOSÉ SARNEY FILHO

O Ministério do Meio Ambiente tem acompanhado de perto as discussões promovidas pela sociedade civil organizada sobre os impactos ambientais que poderão resultar dos planos do governo para a Amazônia e não poderia se abster de participar desse debate.

Só teremos chances de conservar um meio ambiente saudável se alterarmos nossos padrões de produção e de consumo de bens e acabarmos com a pobreza. A Amazônia pode e deve ser objeto de um aproveitamento econômico sustentável de seus recursos.

Nossa intervenção tem ocorrido com o objetivo de controlar o ritmo da ocupação desordenada que vem ocorrendo na região, resultante do modelo tradicional de desenvolvimento adotado ao longo de nossa história e que perdura até hoje. Propomos uma intervenção de baixo impacto ambiental e de alto retorno econômico e social.

É certo que a forma como a sociedade vem procedendo para desenvolver a região será decisiva para o destino do seu patrimônio ambiental. Desse modo, é bastante saudável que a discussão venha à tona. Para iniciá-la, dois pontos são fundamentais: estão cobertos de razão os proponentes do estudo que originou a reportagem do último domingo na *Folha*, quando prevêem a destruição na forma de "espinha de peixe" que sempre resulta da pavimentação de estradas dentro da mata; por outro lado, não prever a ocupação daquele território é permitir que ela se faça de forma desordenada. É abrir mão de nossa capacidade de desenvolver a região de forma sustentável.

Dispomos de arsenal tecnológico considerável para o monitoramento ambiental de desmatamentos e queimadas na Amazônia. Desde fevereiro de 99, qualquer pessoa em qualquer lu-

gar do planeta pode acompanhar, pela Internet, o trabalho do Ibama dentro do Programa Amazônia Fique Legal.

Temos uma legislação ambiental bastante avançada que, entre outros dispositivos, determina a todos os projetos potencialmente degradadores do ambiente que realizem, para fins de licenciamento, estudo de impacto ambiental (EIA/Rima), incluindo medidas mitigadoras apropriadas, podendo a obra ser vetada pelo órgão ambiental responsável. Esse conjunto de leis foi reforçado pela recente regulamentação da Lei de Crimes Ambientais.

Estamos investindo agora em modelos para que o Avança Brasil passe a contemplar uma análise dos impactos que o conjunto de suas obras poderá trazer para a região. Providenciamos um estudo de avaliação do impacto das obras de infra-estrutura na Amazônia, o que foi prontamente aceito pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo BNDES, responsáveis pela elaboração do Avança Brasil.

Os resultados obtidos, num prazo de seis meses, permitirão a adoção dos ajustes necessários ao Avança Brasil, para que sejam minimizados os impactos ambientais e socioeconômicos, e a identificação de alternativas econômicas que façam uso sustentável dos recursos e dos serviços ambientais.

Não podemos alimentar a visão simplista de que a área ambiental representa um óbice ao desenvolvimento do país. Ao contrário, além de analisar impactos, iremos apontar alternativas que contribuam para conciliar o cuidado necessário em relação ao meio am-

biente com a geração de emprego e renda.

O Avança Brasil, como todo instrumento de planejamento, é dinâmico e reajustável. Para melhor adequá-lo aos anseios da nação, o governo já desenvolve um saudável diálogo entre seus ministérios e eles com toda a sociedade.

O presidente FHC tem se mostrado cada vez mais atento às questões ambientais, como pôde ser visto no episódio Petrobras e nas negociações do Código Florestal. Estou certo de que ele jamais se permitirá estar à frente de um projeto de ocupação da Amazônia que repita as velhas fórmulas de explo-

ração, cujo resultado desastroso ainda repercute mundo afora.

Desde o início do Plano Plurianual temos nos posicionado quanto aos impactos ambientais das obras propostas e temos ganhado cada vez mais espaço no exame de alternativas sustentáveis

para o desenvolvimento do Brasil.

O estudo proposto e a Agenda 21 brasileira, em fase final, irão nortear as decisões governamentais quanto às políticas públicas a ser adotadas para a Amazônia. Com nosso moderno arcabouço legal, ainda melhorado com a reforma que propomos do Código Florestal, e nossos investimentos institucionais, estamos cada dia mais aptos a tornar o Brasil capaz de avançar e se integrar, sem se perder em caminhos que o afastem da meta do desenvolvimento sustentável que pretende alcançar.

José Sarney Filho, 42, é ministro do Meio Ambiente e deputado federal licenciado pelo PFL do Maranhão.

*Não podemos
alimentar a visão de
que a área ambiental
representa um óbice
ao desenvolvimento*